

A IMPORTÂNCIA DO CASARIO DO PORTO DE CORUMBÁ COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE MATO GROSSO DO SUL

Marielle Assis Vianna
Milena de Oliveira Leite
Nayara Alonso Tavares
Maria Bernadete S. Loureiro

Resumo

Pretende-se com este estudo reunir em um acervo documental a história e importância do Casario do Porto de Corumbá como Patrimônio Histórico Cultural para o desenvolvimento turístico de Mato Grosso do Sul. O município de Corumbá, também conhecido como capital do Pantanal, dista 418 km a oeste de Campo Grande, capital do estado. Foi fundado em 21 de setembro de 1778 pelo então Capitão-General Luiz de Albuquerque, com o nome de Albuquerque. A povoação ergueu-se um pouco mais ao sul e durante alguns anos conservou-se como simples destacamento militar. Em 1859, o presidente da província mandou remover o povoado para o local onde se localiza a cidade de Corumbá. O povoado original havia sido invadido e ocupado pelos paraguaios durante a guerra, e encontrava-se em ruínas, praticamente sem habitantes. Antes da Guerra do Paraguai, Corumbá era apenas uma vila militar de mínimas proporções, que mantinha um comércio reduzido. Devido à sua posição geográfica privilegiada, alcançaria o desenvolvimento comercial alguns anos depois. A cidade divide-se em duas partes: a parte alta e a parte baixa, na qual localiza-se o Porto Geral. Nele sobressaem as arquiteturas remanescentes do Casario do Porto, de um período de fausto econômico, iniciado após a Guerra do Paraguai e em função de entreposto comercial entre o Paraguai e o Estado de Mato Grosso. Esse conjunto com forte significado histórico e arquitetônico e com forte influência européia foi tombado como Patrimônio Histórico Cultural do município em 1985 pelo então prefeito Fadah Scaff Gattass. Seus principais casarões são: o Hotel Beira Rio,

o Vasquez e Filhos e o Wanderley Baís e Cia, local onde está instalada a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo - SEMATUR.

Palavras-chave: 1. Casario do Porto, 2. Patrimônio Cultural, 3. Corumbá

Abstract

The intention of this study is to bring together in a collection of documents the history and importance of the Terraced Houses (Casario) in the Port of Corumbá as Cultural and Historical Patrimony for the development of tourism in South Mato Grosso. The municipality of Corumbá, also known as the capital of the Pantanal, is 418 km west of Campo Grande, the capital of the State. It was founded on the 21st of September in 1778 by the then Captain-General Luiz de Albuquerque with the name of Albuquerque. The settlement developed a little further to the south and during several years was kept as a simple military detachment. In 1859, the president of the province ordered the removal of the population to the place where Corumbá is now localised. The original settlement had been invaded and occupied by Paraguayans during the war and was in ruins and almost without inhabitants. Before the Paraguayan War, Corumbá was only the smallest of military villages which had a reduced commerce, but owing to its privileged geographical position it would gain commercial development some years later. The city is divided in two parts: the high and the low parts, the General Port being in the latter. It is there that the architecture of the Terraced Houses is found remaining from a period of economic success, begun after the Paraguayan War because of being the entrepôt between Paraguay and the state of Mato Grosso. This group of houses of solid historical and architectonic significance and having been strongly influenced by Europe was registered as Cultural and Historical Patrimony of the municipality in 1985 by the then mayor, Fadah Scaff Gattass. The main edifices are: the Beira Rio Hotel, the Vasquez and Sons and the Wanderley Baís and Company, where the Department for the Environment and Tourism is installed – SEMATUR.

Key words: 1. Terraced Houses in the Port, 2. cultural patrimony, 3. Corumbá.

Introdução

Esta pesquisa retrata a importância do Casario do Porto de Corumbá como Patrimônio Histórico Cultural no desenvolvimento turístico de Mato Grosso do Sul, localizado no Porto Geral da cidade, objeto principal do presente trabalho.

O procedimento utilizado para levantar dados relativos ao Casario do Porto de Corumbá foram entrevistas, fotografias e filmagens. A busca destas informações tiveram como objetivo enriquecer a pesquisa e descobrir peculiaridades da história do município de Corumbá.

Aspectos Históricos

O começo da história

A história de Corumbá iniciou-se a partir do Tratado de Tordesilhas (1494 a 1750), que determinou os territórios dos Sete Povos das Missões para a Espanha e, para Portugal, a Colônia de Sacramento. No século XVIII na América do Sul, as disputas e choques de limites entre Madri e Lisboa ainda continuavam, o Tratado de Tordesilhas na prática inexistia, pois havia cláusulas impossíveis de serem cumpridas e nenhuma das partes se propunha a executá-las.

Em 1750 foi criado um novo tratado, o Tratado de Madri que entregava a Portugal os Sete Povos das Missões, atual Rio Grande do Sul, região que pertencia à Espanha, e aos espanhóis, entregava a Colônia do Sacramento. Com a anulação do Tratado de Madri ocorreram choques na zona limítrofe da colonização espanhola e portuguesa. Em 1777, Portugal e Espanha assinaram um outro tratado, o Tratado de San Ildefonso, o qual não trouxe benefício para Portugal que perdeu além da Colônia do Sacramento, os Sete Povos das Missões (GUIMARÃES, 1999).

As fronteiras estabelecidas por esse tratado não chegaram a ser demarcadas. Os espanhóis ocuparam alguns territórios na Amazônia, que pertenciam aos portugueses. Conseqüentemente, Portugal invadiu e ocupou os Sete Povos das Missões, definitivamente incorporados ao Brasil pelo Tratado de Badajós em 1801, desencadeando um processo

de demarcação das fronteiras, incluindo a fronteira Brasil-Bolívia, onde encontra-se o município de Corumbá, foco principal deste estudo.

Os primeiros Capitães-Generais procuravam providenciar a criação de estabelecimentos de ocupação efetiva em pontos estratégicos instalando guarnições de fronteira e núcleos de povoamento na pretendida faixa de fronteira. As atenções oficiais voltaram-se para o norte de Mato Grosso com o objetivo de preservar os sítios auríferos descobertos na região.

O quarto Governador de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, dando continuidade à política de ocupação da fronteira, mandou executar um minucioso levantamento das vias navegáveis da Bacia do Paraguai com o objetivo de implantar definitivamente guarnições militares e centros urbanos para, simultaneamente, estancar o avanço espanhol e exercer um controle mais eficiente sobre os grupos indígenas sul-mato-grossenses (CORRÊA, 1985).

Assim, ao determinar a ocupação de Fecho-dos-Morros e construir uma fortificação, no ano de 1775, Luiz de Albuquerque demonstrou claramente a intenção de firmar posse estratégica no extremo sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, para favorecer Portugal. Entretanto, um erro de reconhecimento do território resultou na fundação de um forte a quarenta léguas ao norte de Fecho-dos-Morros, equívoco este, que gerou disputas acirradas pela posse dessa região entre espanhóis e portugueses, em ocasiões posteriores.

Vários motivos dificultaram e adiaram por mais dois anos os trabalhos de instalação das guarnições militares, que estava a cargo do sertanista João Leme do Prado, inicialmente, e do Sargento-Mor Marcelino Roiz Camponês, que fundou em caráter oficial em 21 de setembro de 1778 a povoação com o nome de Albuquerque.

Por volta de 1776, mais ao sul da atual Corumbá e mais distante da margem do rio, estabeleceu-se um povoamento com o nome de Albuquerque. Houve, porém, uma confusão quanto à localização de dois núcleos próximos, e que por equívoco tiveram a mesma denominação. Ali permaneceu o nome original, enquanto o povoado do rio Paraguai passou a usar o nome de Corumbá, local que, por muito tempo, foi confundido com o Albuquerque mais antigo (CORRÊA, 1985).

O povoamento e colonização de Corumbá teve então o objetivo inicial de constituir-se em um ponto avançado de suprimentos e socorros e como um ponto de apoio militar do Brasil contra o avanço da colonização espanhola pelas fronteiras com o Paraguai e Bolívia.

Corumbá e a Guerra do Paraguai

O município de Corumbá atravessava uma fase de expansão comercial e populacional, devido à grande movimentação existente no porto, enquanto os países vizinhos, Paraguai, Argentina e Uruguai ainda disputavam posse de terras além de interesses econômicos.

No governo de Francisco Solano López, o Paraguai transformou-se em uma das maiores potências militares da América do Sul. O ditador paraguaio pretendia expandir as fronteiras de sua nação, criando o Paraguai Maior. Antes de declarar estado de guerra contra o Brasil em dezembro de 1864, Solano Lopez aprisionou o navio brasileiro “Marquês de Olinda”, que seguia pelo rio Paraguai com destino a província de Mato Grosso. Pouco tempo depois, Lopez ordenou a invasão da mesma, além da região argentina de Corrientes e do Rio Grande do Sul (SOUZA, 1985).

Em decorrência disso, iniciou-se a Guerra do Paraguai. A tropa paraguaia dispunha de maior número de armas e homens, invadindo o sul do Mato Grosso em poucos dias. No dia 25 de dezembro de 1864, os paraguaios chegaram nas proximidades do Forte de Coimbra. Enquanto isso, o comandante do forte, tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero, realizava treinamento para alguns homens do local que nunca tinham manejado canhões.

Após dois dias de combate, a tropa brasileira decide evacuar silenciosamente o Forte Coimbra por falta de munição, dando assim a oportunidade de sua ocupação pelos paraguaios que estavam sob o comando de Vicente Barrios, e alí permaneceram durante três anos (GUIMARÃES, 1999).

A Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, cresce e reage em 1867 (ano em que foi retomada a então Freguesia de Santa Cruz de Corumbá), sob o comando dos brasileiros Manuel Luís Osório e Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. No

período de julho a dezembro de 1868, os aliados vencem os paraguaios em várias batalhas.

Em janeiro de 1869, os soldados aliados invadem Assunção, a capital do Paraguai, obrigando Solano Lopez a retirar-se para o norte do país, onde resistiu até ser morto em Cerro Corá no dia 1º de março de 1870.

A guerra destruiu completamente Corumbá, as casas comerciais foram saqueadas, os edifícios públicos arrombados, muitos prédios incendiados e restaram poucos sobreviventes (SOUZA, 1985).

A abertura da livre navegação do rio Paraguai, pós-guerra, propiciou de fato o surgimento de um expressivo movimento de pessoas e de mercadorias no Porto de Corumbá, que passou a desempenhar as funções de principal entreposto comercial da Província de Mato Grosso e pólo catalisador do desenvolvimento de toda região sul, atraindo os chamados “Mascates Fluviais”, entre os quais se destacava o português Manoel Cavassa, cujo nome foi dado à principal rua do Casario do Porto de Corumbá.

Nessa época, funcionavam no Casario do Porto vinte e cinco bancos internacionais, curtumes e a primeira fábrica de gelo do Brasil. Vapores transatlânticos vinham do Uruguai, Argentina e de alguns países europeus, trazendo o cimento inglês, o vinho português, os tecidos franceses e os imigrantes.

O comércio crescia e os exportadores abriam filiais em todo o mundo. Um álbum gráfico editado em 1914, em Hamburgo, relata que cento e quarenta e dois navios do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, aportaram em Corumbá naquele ano, dos quais seiseram do Loyd Brasileiro. O Loyd estrangeiro levava, basicamente, as peles de animais silvestres, a erva mate, o charque e a borracha.

No período de intenso comércio fluvial, era comum os empresários bem sucedidos percorrerem a Hidrovia Paraguai-Paraná, que possui 3.400 km de extensão até Montevideu, chegando a Porto Alegre ou Rio de Janeiro, para assistir grandes peças teatrais. Eles viajavam no luxuoso “Fernando Vieira”, um navio dotado de cem camarotes de 1ª classe, que também trazia até Corumbá as principais

companhias teatrais do Rio de Janeiro e das cidades do Prata, para apresentarem-se no “Bijou-Theatro”, a maior casa de espetáculo que a cidade já possuiu.

As restrições impostas pelo governo brasileiro à navegação fluvial, depois da 2ª Guerra Mundial, e a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), diminuiu o comércio da borracha, principal produto de exportação, contribuindo assim, para a decadência da cidade de Corumbá.

Com o fim do comércio fluvial, a região portuária da cidade foi abandonada e ocupada por pescadores e flagelados das cheias do Pantanal.

Na década de 1970, o surgimento da atividade turística através da pesca, a ocupação desordenada dos prédios do Casario do Porto de Corumbá pelos empresários e a falta de uma política de preservação do Patrimônio Cultural, resultaram na descaracterização do mesmo.

O centenário Casario do Porto de Corumbá que embeleza a rua Manoel Cavassa, é ponto de referência da histórica cidade, pois além da sua arquitetura ser de origem inglesa e francesa, suas construções testemunharam as várias fases do apogeu da cidade, dos barões do comércio portuário, e o intenso comércio fluvial da época.

O Casario do Porto, localizado na cidade de Corumbá, foi tombado pelo município como Patrimônio Histórico Cultural no ano de 1985, de acordo com o Decreto nº 129, como afirma o prefeito na época Fadah Scaff Gatass: “Declaro como Patrimônio Histórico e Cultural do município de Corumbá/MS para efeito de tombamento a área conhecida como ‘Casario do Porto de Corumbá’, e dá outras providências”.

A história dos casarões da rua Manoel Cavassa está diretamente relacionada com a história do Estado de Mato Grosso do Sul, pois foi de fundamental importância para o desenvolvimento econômico da região, destacando-se a navegação do rio Paraguai. Devido a esta importância, o Casario do Porto foi tombado como Patrimônio Histórico Cultural, como comenta, em entrevista às pesquisadoras, a professora Lúcia Salsa Correa:

Os grandes armazéns da rua Manoel Cavassa expressam, portanto, um processo e corresponde a uma marca característica da cidade, única e singular que não pertence apenas aos seus proprietários, mas pertence à comunidade corumbaense e sul-mato-grossenses, daí a razão de chamarmos um casario dessa importância e grandeza arquitetônica e histórico de Patrimônio Cultural. Hoje, esse conjunto representa, mesmo para quem não conhece a história regional, a identidade de Corumbá, ou a sua expressão mais forte. E, também pelas mesmas razões, é Patrimônio do Estado e da fronteira oeste brasileira.

O Patrimônio Histórico Cultural do Casario do Porto de Corumbá é um bem que, se preservado, possibilita a evolução da comunidade em busca de conhecimento, liberdade, e qualidade de vida. Esse conjunto tem um significado histórico, arquitetônico e paisagístico que guarda a memória de um passado de lutas, misérias e glórias. É o passado do povo corumbaense, e do sul-matogrossense, portanto, é um pedaço do nosso estado que deve ser preservado.

Conclusão

A pesquisa realizada procurou reunir um maior número de informações possíveis em um único acervo documentado, que antes encontravam-se dispersas e descontraídas. Houve também, dificuldade de acesso aos acervos dos órgãos públicos o que limitou nossa busca de dados.

Outro fator limitante nessa coleta de dados foi a falta de conscientização da comunidade local da importância da conservação do Casario do Porto de Corumbá como Patrimônio Histórico Cultural para o município.

Com essa valorização e busca da preservação há necessidade do resgate histórico cultural do Casario do Porto de Corumbá, para haver o crescimento da atividade turística no município, conseqüentemente, no Estado de Mato Grosso do sul.

Constatou-se durante a pesquisa que havendo a conscientização da preservação por parte da comunidade e dos órgãos públicos, o município atingirá um nível mais elevado nas condições econômi-

co-sócio-cultural, consolidando então o desenvolvimento na região, prevendo assim, a preservação do Patrimônio Histórico Cultural para gerações futuras.

Bibliografia

BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 2. ed. Campinas : Papyrus, 1997.

CORREA, Valmir Batista; CORREA, Lucia Salsa; ALVES, Gilberto Luiz. *Casario do Porto de Corumbá: patrimônio a ser preservado*. [S.l. : s.n.], 1985.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo : Futura, 1998.

FELIPPE JÚNIOR, Bernardo de. *Pesquisa: o que é e para que serve*. São Paulo : Sebrae, 1998. (Série marketing para pequena empresa).

LOUREIRO e outros. *Plano de desenvolvimento turístico de Corumbá*. Campo Grande, 1998. Monografia (Especialização) – Instituto Nacional de Pós-Graduação INPG-UCDB.

PELLEGRINI, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. 2. ed. Campinas : Papyrus, 1997. Patrimônio Cultural - para preservar. Minc – IPHAN, 14ª Coordenação Regional.

LEGISLAÇÃO de Proteção. Corumbá, IPHAN, 14ª Coordenação Regional.

PROENÇA, Augusto César. *Pantanal – gente, tradição e história*. 2. ed. Campo Grande : UFMS, 1992.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo : Hucitec, 1998.

_____. *Turismo, modernidade e globalização*. São Paulo : Hucitec, 1997.